



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
PEDAGOGIA LICENCIATURA EAD

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NO
MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES: DESAFIOS E AVANÇOS**

Campus Maceió – AL

2022

Larissa Nayane dos Santos Silva

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NO
MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES: DESAFIOS E AVANÇOS**

Artigo científico apresentado ao colegiado do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção de nota final do trabalho de conclusão de curso(TCC)

Orientador(a): Abdízia Maria Alves Barros

Campus Maceió – AL

2022

LARISSA NAYANE DOS SANTOS SILVA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS:
Desafios e avanços**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

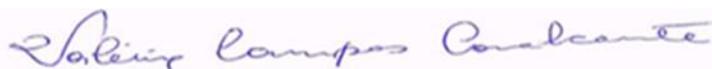
Orientador(a): Abdizia Maria Alves Barros

Artigo Científico defendido e aprovado em: ____28__/_01___/2022_____.

Comissão Examinadora



Examinador/a 1 – Orientador



Examinador/a 2



Examinador/a 3

Maceió
2022

RESUMO

Este artigo estuda a realidade na oferta da educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental. Tendo como Objetivo Geral: Conhecer os desafios e avanços ocorridos na oferta da educação inclusiva no ensino fundamental, anos iniciais. Visto que toda a pessoa tem direito a uma escolarização de qualidade, e apenas desta forma ocorrerá inclusão de fato. Este trabalho possui como objetivos específicos: (1) Destacar quais as concepções da Educação Inclusiva a partir da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, vigente no país; (2) Relatar os desafios percebidos pelos professores nas séries iniciais, quanto à prática de ensino e o desenvolvimento dos alunos com deficiência em sala de aula, (3) Verificar os avanços da educação inclusiva alcançados no ensino fundamental nos anos iniciais. Para atender aos objetivos propostos utilizou-se como metodologia de trabalho a pesquisa qualitativa e estudo de caso e revisão de literatura aprofundado especialmente nos seguintes teóricos BRASIL, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), BRASIL, Lei nº 7.853 de 24 de Outubro de 1989, BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008, SANTOS (2002), GIL (2002), BOY (2019), MANTOAN (1997), SASSAKI (2002), SCHWARTZMAN (1999), ALMEIDA (2000), SANTOS (2018), SILVA (2016), SZYMANSKI (2003), que tratam da temática principal do presente estudo. A investigação de campo ocorreu em uma escola da rede de ensino do município de União dos Palmares, com a intencionalidade de saber como se dá a oferta e a metodologia de trabalho na educação inclusiva no contexto da sala de aula. Foram realizadas entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal de Educação e com duas professoras do ensino fundamental. Este estudo faz uma análise sobre a realidade da educação inclusiva nas séries iniciais, apontando os diversos desafios que a pessoa com deficiência se depara ao ingressar na escola, e ao mesmo tempo, destaca as dificuldades e o posicionamento dos professores durante as aulas, considerando que a inclusão social é um trabalho contínuo que exige participação de todos. Pois, a educação inclusiva é dever do Estado e responsabilidade de todos.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva, Anos Iniciais, Desafios, Avanços.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa possui a finalidade de investigar a educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental, e desta forma, mostrar a prática inclusiva que ocorre na escola, para que as crianças possuam a consciência que todos os seres humanos são diferentes e existem pessoas deficientes, sendo que, todos merecem serem tratados com igualdade, equidade e respeito e isso deve ser trabalhado em todos os ambientes escolares.

O interesse pelo tema surgiu através da curiosidade de como é praticada a educação inclusiva do Município Campo de pesquisa, esperando obter resultados positivos na prática de ensino e inclusão.

Metodologicamente foi realizada a opção por estudo de caso, entrevista, revisão de literatura, utilizando também a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica [...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Quanto à entrevista, dispus de (SZYMANSKI, 2003, p. 12) quando aponta que [...] Partimos da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções e interpretações para os protagonistas – entrevistador e entrevistado.

O artigo será organizado em cinco sessões:

Primeira sessão será uma Introdução apresentando a pesquisa em foco;

Segunda sessão apontará concepções teóricas sobre a educação inclusiva no Brasil sua execução e garantias legais;

Terceira sessão situar a lócus da pesquisa;

Quarta sessão apresentar os resultados obtidos com a pesquisa apontando: desafios, dificuldades, avanços e possibilidades da educação, inclusiva a partir das professoras de (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) partícipes da pesquisa;

Quinta sessão, as considerações finais.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UMA CONQUISTA ASSEGURADA NA LEGISLAÇÃO

O descaso, a invisibilidade a violência, a exclusão, da pessoa com deficiência vem desde o início da história da humanidade, muitas crianças eram sacrificadas por nascerem com algum tipo de deficiência, com o passar do tempo as crianças com deficiência deixaram de ser sacrificadas, porém viviam afastadas da sociedade, não frequentavam a escola, nem lugares sociais.

Com a execução da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a pessoa com deficiência passou a ter direitos garantidos por uma legislação que nos diz no seu Artigo 1º que a mesma é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, na perspectiva de se tentar alcançar o máximo as possibilidades, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Ter o direito a inclusão social, de acordo com a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que trata da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

A educação inclusiva tem papel de garantir a todos o direito à educação, desta forma todas as crianças podem e devem estar matriculadas em uma instituição de ensino, e serem tratadas com igualdade, valorização e respeito de modo que a aprendizagem seja ofertada a todos, sem exceção.

As escolas têm o dever de se adaptarem, se organizarem, para o devido atendimento na perspectiva da inclusão dos alunos e não impor regras ou esperarem que os mesmos se adaptem à escola.

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (Mantoan, p.12, 1997).

Trabalhando a inclusão de modo geral, e inicialmente dentro do contexto escolar facilita o convívio dos alunos como um todo, fazendo com que os alunos com deficiência sintam-se cada vez mais à vontade na escola e na sociedade, e que as pessoas tenham a inclusão como princípio básico para a cidadania.

[...] Pelo paradigma da inclusão, oferecemos uma educação de qualidade sem excluir nenhum aluno, atendemos a diversidade humana presente no mesmo espaço escolar e, para isso, respondemos ao estilo de aprendizagem e às múltiplas inteligências de cada aluno (SASSAKI, 2002, p.179).

Ao município, cabe a responsabilidade em ofertar o ensino fundamental – anos iniciais de qualidade, deve-se estar ciente de que o mesmo é voltado para uma sociedade ampla e diversa, e não pode haver distinção ou limitações para o atendimento de alunos com deficiência. Todas as atividades, projetos e ações que sejam desenvolvidas no âmbito escolar precisam estar voltados para a participação e inclusão de todos.

[...] desenvolver a capacidade sensorial, física e auditiva do deficiente irá ajudá-lo na adaptação social, ao se demonstrar habilidade, adquire-se respeito e, por consequência, ganha-se autoconfiança. Assim, ele poderá interagir com seu meio social de maneira segura e independente. Esses aspectos serão de grande valia para o deficiente durante toda a vida. Afinal, sentir-se importante é fundamental para qualquer pessoa (ALMEIDA, 2000, p. 36-37).

Os profissionais de educação devem ter ciência e estarem dispostos a fazer o que for necessário para que os alunos com deficiência se desenvolvam tanto quanto os demais, no entanto, sem esquecer que cada um tem seu tempo para o desenvolvimento e aprendizagem e esse tempo deve ser respeitado para que não haja frustrações. Além disso, não se pode duvidar da capacidade e possibilidades de aprendizagem que o aluno possui, sendo ou não, estudante com deficiência, todos os alunos precisam de suporte em algum momento.

[...] O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente. (SCHWARTAN, 1999, P. 246).

Formação e Valorização dos profissionais da educação é fundamental e deve ser ofertado formação continuada permanentemente no cotidiano da escola para que haja engajamento, compromisso e aceitação de todos os que formam a comunidade

escolar, para que tenham uma escuta e uma visão sensível e abrangente. Neste sentido, observa-se que para exercer essa profissão, é preciso gostar de cuidar de pessoas e comprometido com o seu fazer docente, ser prestativo, agir com dedicação, afeto, educação e dominar metodologias apropriadas ao trabalho em salas de aula que ofertam educação para pessoas com deficiência. De acordo com Boy, 2019.

Ter um filho com necessidades especiais não é coisa fácil. Frustração, culpa, são alguns dos sentimentos que permeiam a mente da maioria dos Pais. É a família que estrutura as bases que qualquer pessoa Manguieirinha. A influência mais poderosa do desenvolvimento da personalidade e da formação da consciência dos indivíduos. Se essa família não está segura e envolvida, nosso trabalho será bem mais difícil. Acolher os pais é o primeiro passo para uma educação inclusiva de sucesso. (BOY, 2019).

Quando nasce uma criança com deficiência, nasce também uma série de desafios, pois o medo de enfrentar a inclusão social e escolar é a realidade da maioria dos Pais. Há também situações que os pais não aceitam a deficiência do filho esse comportamento das famílias, muitas vezes, dificulta o desenvolvimento da criança, que precisa fazer o uso de Terapias, a não aceitação, a negação ou a invisibilidade das pessoas com deficiência, poderá acarretar sérios problemas ,retardando o desenvolvimento e as possibilidades de superação e inclusão social, principalmente da criança. A família é a base para a criança, e essa base precisa estar firme e segura. O trabalho só será possível com auxílio da família, que acompanhará o desenvolvimento físico, mental e social que a legislação garante a pessoa com deficiência.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil (1988) o artigo 208, trata da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 7 anos, afirma que é dever do estado garantir “atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência”. O artigo deixa claro a inclusão social escolar.

A Lei N°7.853 de 1989 dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência, a mesma afirma que o poder público deve se responsabilizar pela matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

A legislação da política de educação especial na perspectiva de educação inclusiva, trata da igualdade e as diferenças como elementos indispensáveis na formação humana, a educação inclusiva procura equidade no ambiente educacional,

combatendo a discriminação, pois na escola ocorrem muitos conflitos e nela essas diferenças devem ser superadas, a legislação a eliminação das barreiras e não separação dos estudantes, embasando políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. (BRASIL, 2008).

Para uma educação inclusiva de sucesso a escola precisa caminhar em uma direção que vise o desenvolvimento humano com qualidade social, apontando para a evolução intelectual, física e afetiva da criança. Os envolvidos precisam ajudar colaborar, serem parceiros das crianças na realização das atividades em casa e na escola.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES: O LÓCUS DA PESQUISA

O município de União dos Palmares, Lócus da pesquisa, traz na sua história de oferta de educação inclusiva, o modelo da sala de aula segregacionista, onde dava tratamento diferenciado a cada indivíduo. Essa sala estava localizada na Escola Estadual Doutor Jorge de Lima, no próprio município, que recebia os alunos com deficiência. As crianças com deficiência estudavam nessa sala, afastados das salas consideradas regulares. Esse modelo de ensino se deu desde o ano 2001 até 13 de janeiro de 2012.

Com o avanço das pesquisas, estudos e legislação própria para se reestruturar o atendimento às pessoas com deficiência, passou-se a se utilizar novos paradigmas, métodos de ensino, novas estratégias, para consolidação e aplicação da legislação, o que acarretou a inexistência dessas salas e escolas segregacionistas e as crianças com deficiência passaram a frequentar a escola conforme se encontra expresso no Artº 27 do Capítulo IV – Do Direito a Educação da Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que abre o caminho e amplia o direito a inclusão escolar, quando aponta que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

A escola campo de pesquisa é uma Instituição de Ensino da Rede Pública Municipal localizada na zona rural de União dos Palmares-Alagoas. É adaptada, com acesso aos cadeirantes, banheiros adaptados, jogos disponíveis para trabalhar com a pessoa com deficiência de forma lúdica, possui uma psicopedagoga para atender esses alunos e uma sala de recursos com diversos jogos para motivar as crianças.

Segundo o psicólogo entrevistado que trabalha na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), existe uma pasta denominada Núcleo Multidisciplinar responsável pela educação inclusiva do município, composto por uma psicóloga, um psicólogo, uma psicopedagoga e duas assistentes sociais.

Este Núcleo é responsável pelo desenvolvimento de toda a política de inclusão da SEMED, oportunizando acompanhamento das crianças com deficiência, através das quinze salas de recursos multifuncionais, que estão inseridas em quinze escolas do município, realizando atendimentos educacionais especializados, no entanto, não existe um projeto que venha a expressar metodologicamente como ocorre essa política no Município, e sim o Núcleo Multidisciplinar responsável pela educação inclusiva.

As pessoas que necessitam de um acompanhamento mais específico, como por exemplo, as crianças com autismo são ofertadas serviços de profissionais especializados para o atendimento em salas de apoio, para acompanhar o aluno diariamente nas aulas, dando suporte e auxiliando o mesmo. Sendo disponibilizado também, os serviços dos profissionais intérpretes de libras – língua brasileira de sinais esses profissionais atendem pessoas com deficiência auditiva. No município há 633 estudantes com deficiência matriculados, 56 professores para fazer acompanhamento específico e 4 intérpretes da língua brasileira de sinais.

Anualmente é realizado um levantamento de crianças com deficiência de transtorno de aprendizagem, autismo, entre outros; para que o município atenda às necessidades de cada aluno.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: DESAFIOS E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO, INCLUSIVA A PARTIR DOS PROFESSORES (AS) DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

4.1 Desafios e Dificuldades

Metodologicamente o artigo foi realizado através de estudo de caso, onde foram realizadas entrevistas com duas professoras que cuidam de estudantes com deficiência, foi entrevistado também um psicólogo que trabalha na secretaria Municipal de Educação, ele faz parte da equipe do Núcleo Multidisciplinar. O estudo investigou também a rede Estadual de Ensino, para obter dados sobre a sala segregacionista que estava inserida na Escola Estadual Doutor Jorge de Lima, o gestor atual de 2022, passou as informações precisas. Foram revisadas também quatro legislações que tratam da inclusão da pessoa com deficiência, estudo realizado através da pesquisa científica.

De acordo com a pesquisa de campo realizada no Município de União dos Palmares, sobre a insegurança dos pais, ao matricularem seus filhos na escola, alguns costumam argumentar que o filho não tem condições de aprender e ainda ironizam perguntando o que a criança vai fazer na escola. Isso demonstra que para muitos, ainda há falta de formação e informação para uma melhor compreensão sobre os processos de inclusão e das necessidades de atendimentos educacionais específicos para pessoa com deficiência.

O professor acompanhante do estudante com deficiência além de conquistar a confiança dos pais, também precisa conquistar o educando, para que ao ingressar na sala de aula a criança não se sinta perdida e seu professor agirá dando suporte durante as aulas, atendendo a necessidade do aluno, ou seja, ele tem função de adaptar, auxiliar, ajudar, levar o mesmo ao banheiro, higienizar e cuidar do discente nas aulas. Ele deve propiciar um espaço educativo, inclusivo que venha a atender as especificidades das pessoas com deficiência com um trabalho de qualidade para que se alcancem as prerrogativas legais, ou seja, fazer da escola um espaço de inclusão e cidadania.

Estudantes com deficiência auditiva precisam de um acompanhante intérprete, esse profissional formado em libras, irá traduzir para aluno o conteúdo que o professor estiver trabalhando.

Inserir o estudante com deficiência nas aulas e mostrar que ele faz parte da turma é uma dificuldade encontrada pelos professores, pois na maioria das vezes a escola não tem material adequado para ser utilizado na sala de aula.

Tendo em vista as dificuldades encontradas ao trabalhar com inclusão nas escolas, foram entrevistadas duas professoras (A e B) que trabalham na escola campo do estudo, que fica localizada na zona rural do município, que trabalham com pessoa com deficiência, onde podemos perceber que os problemas são semelhantes aos citados.

A professora (A) de 39 anos, trabalha no primeiro ano, a mesma relatou que trabalha há três anos, cuidando da pessoa com deficiência e sente muita dificuldade na hora de realizar as atividades, pois a criança que ela cuida não demonstra interesse pela aprendizagem, ela busca estratégias constantes para motivar a aprendizagem de seu aluno.

A professora(B)de 29 anos presta seus serviços em uma turma do segundo ano, a profissional trabalha há dois anos na escola, atualmente acompanha uma estudante cadeirante, e relata que sua aluna é tímida e possui dificuldade em fazer amizades com as outras.

Um dos maiores desafios, percebidos durante a pesquisa, é a comunicação da pessoa com deficiência auditiva, com os demais alunos, pois na maioria das vezes, a criança fica isolada e isso não deveria acontecer, a comunicação, o diálogo entre estudantes e professores deve ser primordial para que tenhamos possibilidades de atuar e mudar a realidade existente no processo ensino aprendizagem. O ideal é que todas as crianças conheçam a língua de sinais, para que tenham condições de se comunicar com todas as crianças na sala de aula; outra dificuldade observada, é a alfabetização das crianças, pois o estímulo é chave para aprendizagem, o incentivo da família e dos professores são indispensáveis, assim como, planejar e organizar aulas diferenciadas são fundamentais para atender as demandas e especificidades apresentadas.

4.2 Avanços e Possibilidades

A partir da fala e da realidade apontada pelas professoras entrevistadas, foram apontados avanços e possibilidades de uma educação inclusiva e suas realidades.

A educação avançou positivamente quando garantiu a todos um ensino de qualidade independentemente de sua raça, cor, religião ou deficiência, porém o que chamou a atenção durante o estudo foi à capacidade de adaptação das pessoas com

deficiência, pois elas recebem todo apoio e acompanhamento necessário para seu desenvolvimento educacional e intelectual.

A professora **A**, trabalha como professora inclusiva cuida de uma criança com autismo de cinco anos de idade, fala que está satisfeita com sua profissão e relata sobre sua experiência na educação inclusiva. Diz que muitas crianças entram na escola e não conseguem se concentrar, ir ao banheiro só, segurar uma colher, pegar no lápis, se alimentar sozinha; quando são inseridas na escola vão evoluindo positivamente e realizando ações que não conseguiam antes de frequentar a escola, e depois da inserção na escola, já conseguem desenvolver algumas ações, percebemos que o pouco que evoluem é um grande avanço.

A professora entrevistada destaca um ponto importante para a melhoria de sua prática, que seria a implantação de cursos de capacitação para os professores de Educação Inclusiva, para melhor auxiliar o aluno.

A professora **B**, falou sobre a necessidade em trabalhar com material adequado na sala de aula, ela trabalha com uma aluna cadeirante de mãos e pernas atrofiadas com seis anos de idade, e muitos recursos não estão de acordo com a realidade da criança, neste caso as aulas ficam cada vez mais desafiadoras.

Durante as aulas a professora regente usa várias metodologias de ensino, as aulas são diversificadas, com objetos concretos, música, aula de campo, neste sentido, percebe-se que é possível sim ocorrer um processo de inclusão da pessoa com deficiência no contexto da sala de aula, mesmo sem as condições ideais, mas com possibilidades reais para que o aluno seja incluído nas aulas, principalmente nos momentos de roda de leitura, participação das atividades impressas ou lúdicas e cantigas de roda.

A partir das entrevistas percebe-se que há grandes desafios para serem vencidos, pois para ser professor acompanhante de pessoa com deficiência, é preciso ter formação na área de educação inclusiva para dar suporte a qualquer aluno matriculado, além de ser responsável atento e paciente.

Além disso, a formação continuada em educação inclusiva deveria ser ofertada por cada município, dando suporte aos profissionais que acompanham os estudantes com deficiência, deixando em aberto uma lacuna importante nessa área da formação continuada e em serviço desses profissionais que atuam como acompanhante de pessoas com deficiência.

A educação inclusiva sendo posta em prática é um grande avanço e ver essa prática sendo desenvolvida nas escolas do município é importante, pois a escola é a porta de entrada para que o aluno alcance o sucesso educacional, social e profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados na pesquisa sobre Educação Inclusiva percebe-se que na sociedade existem diferenças que devem ser respeitadas.

Todas as pessoas têm direito a educação e inclusão social, contudo nem sempre eram inseridos e matriculados na escola, pois, muitos alunos com deficiência não conseguiam se adaptar a escola regular e assimilar o conteúdo trabalhado, isso fez com que os professores mudassem sua prática pedagógica, para oferecer um ensino significativo, de qualidade, percebendo, refletindo sobre a importância do seu papel, enquanto formador de pessoas com deficiência, passando a fazer uso de diversas e variadas estratégias de ensino e metodologias para atender a realidade e demandas dos alunos, essa nova postura pessoal e profissional exige dedicação e compromisso de todos e todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

A educação possui papel fundamental para a sociedade, pois é nessa área que as pessoas aprendem sobre diversos assuntos, assim como a INCLUSÃO que tem seus direitos registrados em lei.

De acordo com o que foi estudado nota-se que a inclusão é dever do estado e de todos, pois assim aprendemos lidar com as diferenças e a pessoa com deficiência fica devidamente satisfeita em estar fazendo parte de tudo, pois, todos têm direitos. Somos diferentes cada um com sua característica, isso não nos faz melhor ou pior que ninguém.

Uma política de educação inclusiva faz com que as pessoas abram suas mentes para enxergar os valores do próximo, sem que haja discriminação por qualquer deficiência, isso abrange o crescimento intelectual, assim como, a pessoa com deficiência tem forças para lutar por seus direitos e sonhos, percebendo que os mesmos podem ser realizados.

Sobretudo ser diferente é normal, e temos que normalizar cada vez mais essa fala não somente na teoria, mas, excepcionalmente na prática que é a parte primordial para de fato fazer acontecer à inclusão. Devemos ainda aperfeiçoar o modo com que

recebemos nossos alunos, visando sempre abraçar a diversidade, e desta forma acolher a todos de forma igualitária proporcionando experiências que atendam as diversidades, especificidades das pessoas com deficiência ou não e que sejam significativas e inesquecíveis para a turma de modo geral.

Contudo o presente artigo trouxe uma visão detalhada sobre a educação inclusiva do município de União dos Palmares, mostrando os desafios enfrentados pelos professores, diante da realidade dos estudantes com deficiência dentro da sala de aula, pois a educação abrange vários aspectos que possibilitam democracia, ou seja, a aprendizagem do indivíduo na escola, exercendo seus direitos de aprendizagem.

Os Desafios irão sempre ocorrer, seja, na escola pública ou privada, e os professores devem estar preparados para encontrar uma solução, isso é ter amor pelo que faz, ter sempre um segundo plano, para auxiliar a criança que precisa de apoio. Percebe-se que no município de União dos Palmares, existe um Núcleo com a função de acompanhar as crianças com deficiência, isso facilita muito no processo de ensino das crianças, pois as mesmas recebem apoio para desenvolver aprendizagem significativa.

Finalmente, os dados apontados pelo estudo, nos ajudam a perceber e a chegar à conclusão de que os desafios na educação inclusiva são: A insegurança dos pais ao matricular o filho com deficiência, a falta de formação de pessoas para melhor compreensão sobre o processo de inclusão, a comunicação da pessoa com deficiência e a turma, a não aceitação dos pais ao ter um filho deficiente e a alfabetização das crianças com deficiência por falta de incentivo das famílias para frequentar as aulas.

Os avanços percebidos na oferta de educação inclusiva do ensino fundamental nos anos iniciais foram: Execução das Leis que tratam de inclusão da pessoa com deficiência, evolução em ações que não conseguiam realizar antes de frequentar as aulas, inclusão social e profissionais para fazer acompanhamentos específicos na educação inclusiva, mesmo com a ausência de uma política de formação continuada, os profissionais que atuam no contexto das salas de aulas buscam junto com o Núcleo, a superação das dificuldades profissionais específicas, conseguindo um trabalho possível dentro dessa realidade existente. Acredita-se que a educação inclusiva avançará ainda mais, para que os alunos estejam cada vez mais incentivados a participarem do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. **Surdez, paixão e dança**. São Paulo; Olho D'água, 2000.
- BOY, P.P. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades**. Construir Notícias. Recife, PE. 2019. Disponível em <<https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades/>> Acesso em: 21 jul. 21.
- BRASIL. GOVERNO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil de de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Compilado.htm>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- BRASIL, **Leinº 13.146, de 6 de julho de 2015, Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência)**, Brasília, 1990.
- BRASIL, Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 01 fev. 2022.
- BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em: <http://www.punf.uff.br/inclusao/index.php//legislacao>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.
- SANTOS, A. M. M.; MARQUES, J. L. P. T.; NASCIMENTO, K. C. S. **Educação inclusiva: avanços e desafios do Atendimento Educacional Especializado**. Caderno De Graduação – Ciências Humanas E Sociais – UNIT, Sergipe, v. 4, n. 3, p. 153, 2018.
- SANTOS, T.R. **A realidade da educação inclusiva no Brasil**. Portal da Educação. São Paulo, SP. 2002. Disponível em: <<https://www.potaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fisioterapia/a-realidade-da-educacao-inclusivano-brasil-/56728>>. Acesso em: 22 jul. 21.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, 2002.174p.
- SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo. Editora Mackenzie, 1999.
- SILVA, M.R., LIMA, S.F.A. **Educação Inclusiva no Ensino Fundamental**. ANTHESIS: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental, Cruzeiro do Sul - Acre, ano 05, nº 07, 2016.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Plano, 2003.